

Painel / Linha temática 1

Cidadania e narrativas de desenvolvimento: participações e imposições



Mesa 1.1

"Cidadania, Políticas Públicas e Participação"

Investigadora Convidada/Comentadora:
Isabel Carvalho Guerra¹

Moderadora:
Paula Gomes²

Coordenação:
Isabel Ferreira³

Dia 6, 2ª Sessão

Oradores e Comunicações

Nº	Nome completo	Email	Título da comunicação	Instituição
33	Igor Ferraz da Fonseca	igorffonseca@gmail.com	Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente	CES UC e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
168	Isabel Alexandra Reis Gonçalves Ferreira	i.alexandra.reis@gmail.com	Práticas participativas na governação urbana: estudo comparado entre cidades portuguesas e canadianas	CES/FEUC
177	Héctor Sánchez-Melero	hector.sanchez.melero@gmail.com	Práctica Ciudadana Localizada. Cuestionando la división de espacios y otros ideales ciudadanos	UNED. Grupo INTER
201	José Péricles Pereira de Sousa	pericles.sousa@gmail.com	O direito humano à participação: uma potência amortecida pela sociedade do espetáculo?	Universidade de Coimbra

¹ Professora Catedrática na disciplina de Sociologia Urbana no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) em Lisboa, onde lecciona desde 1981. Com o Curso Superior de Serviço Social, licenciada em Sociologia e Doutorada pela Universidade François Rabelais, em Tours/França, tem uma vasta experiência profissional de trabalhos de terreno, de ensino, de investigação e de formação. É Professora Convidada na Universidade Católica de Lisboa onde é responsável da área científica de Serviço Social. A experiência de investigação e de prestação de serviços tem sido realizada no âmbito do Centro de Estudos Territoriais (CET/ISCTE) do qual é membro da Direcção desde 1982. Tem experiência ao nível da colaboração em Estudos e Planos de ordenamento e de planeamento urbano e regional, na análise da satisfação residencial, formas e usos de apropriação do alojamento, avaliação de processos integrados de desenvolvimento, estratégia de actores e construção de cenários, etc, tendo vários artigos publicados. Tem também uma experiência alargada de formadora nas áreas do Planeamento e Gestão urbanística bem como a colaboração na formação de professores em Educação Multicultural.

² Licenciada em Relações Internacionais e mestre em Comércio Internacional pela Universidade do Minho, exerce desde 1995 a sua atividade principal na Associação Comercial do Porto. Durante o seu percurso profissional tem desempenhado funções no Setor de turismo, no Centro de Conferências e na Câmara de Comércio e Indústria. Exerceu funções de docência em instituições privadas de ensino superior, encontrando-se atualmente a desenvolver a tese de doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas no CES/FEUC, sob o título: Desafios, oportunidade e entraves das pequenas cidades: análise de três realidades na área metropolitana do Porto.

³ Licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra; Mestre em Ordenamento do território e planeamento ambiental pela Universidade Nova de Lisboa; doutoranda em Sociologia - cidades e culturas urbanas na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tem exercido funções de técnica superior numa Câmara Municipal desde 2001 onde tem desenvolvido e colaborado em vários projetos na área do planeamento, ordenamento do território e cultura. Atualmente dedica-se ao projeto de doutoramento "Governação, cidadania e participação nas pequenas e médias cidades" com o apoio de bolsas de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e do International Council for Canadian Studies.

Igor Ferraz da Fonseca⁴

Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente

O artigo explora a relação entre as esferas política e técnica nos conselhos gestores de políticas ambientais no Brasil, com base em pesquisa realizada junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A literatura sobre conselhos enfatiza que a presença dos conhecimentos especializados pode gerar relações assimétricas de poder entre os atores, favorecendo o domínio do processo político e deliberativo por setores mais capacitados. A partir disso, a presença dos conhecimentos técnicos nos conselhos poderia levar a uma despolitização desses espaços, que seria demonstrada pelo uso de termos e expedientes técnico-científicos, jurídicos e burocráticos que esvaziariam a função política dos conselhos. Conforme os obstáculos apontados, a literatura advoga que devem ser feitos esforços no sentido de uma redução dos expedientes técnicos em favor de uma repolitização desses espaços.

Os resultados do estudo aqui desenvolvido confirmam parcialmente os elementos presentes na literatura. A conclusão aponta que os conhecimentos especializados são um elemento inerente ao funcionamento dos conselhos ambientais. O esvaziamento do elemento técnico poderia gerar prejuízo no que se refere à qualidade dos atos e deliberações emanadas no Conama, gerando prejuízos para o aparato legal da legislação ambiental brasileira, com reflexos negativos na implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: participação; conselhos gestores; deliberação; expertise; Conama; política ambiental.

⁴ Igor Ferraz da Fonseca possui Graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (2007) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília - CDS/UnB (2009). É Pesquisador titular do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e doutorando em Democracia no Século XXI (turma 2013-2014) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Desenvolve trabalhos nas áreas de participação social, governança ambiental, capacidades estatais, desenvolvimento local, coordenação intragovernamental, Agenda 21 e gestão de recursos de propriedade comum.

Práticas participativas na governação urbana: estudo comparado entre cidades portuguesas e canadianas

O reforço da participação social, cívica e política dos cidadãos é um dos principais desafios com que se confronta contemporaneamente a governação das cidades. A pesquisa vem mostrando vários tipos de dificuldades, que limitam o alcance de práticas participativas. A prática revela escassas iniciativas, que são muitas vezes fragilizadas pela reduzida mobilização cívica, pela débil capacidade institucional de operacionalizar metodologias de participação ou por uma cultura política fortemente centralizadora.

Levantam-se ainda interrogações acerca do grau em que os participantes nos processos participativos são capazes de atuar de acordo com interesses gerais, da partilha desigual das responsabilidades de decisão, dos riscos de manipulação e hegemonização dos processos pelos grupos mais poderosos.

Estas interrogações apontam para a necessidade de desenvolver pesquisa empírica que avalie de que modo as questões da participação dos cidadãos vêm sendo integradas nos modelos de governação e nas políticas de desenvolvimento urbano. Esta necessidade conduziu o projeto por uma abordagem comparativa entre pequenas e médias cidades portuguesas e canadianas, tirando partido da mais ampla experiência que caracteriza a realidade canadiana neste domínio. A pesquisa procura dar conta das potencialidades e das limitações dessas formas de envolvimento dos cidadãos nos dois países, explorando as suas implicações para o desenvolvimento dos territórios, particularmente no desenvolvimento de projetos e políticas públicas em duas áreas de importância estratégica para o desenvolvimento urbano sustentado: o ambiente e a cultura. O estudo procurará avaliar as motivações e as forças motoras dos projetos selecionados, as práticas de envolvimento público e, muito particularmente, os respetivos efeitos nas vivências democráticas e no desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: governação urbana, cidadania, participação pública, pequenas e médias cidades

⁵ Tem exercido funções na área do planeamento, ordenamento do território e cultura na Câmara Municipal de Barcelos desde 2001, nomeadamente no desenvolvimento e colaboração em vários projetos e planos (Projeto Salvaguarda e valorização do património da Banda Musical de Oliveira; Programa de Ação Territorial; Estudos demográficos, Estrutura Ecológica Municipal, Relatório Síntese e Programa de trabalhos, Habitação e Povoamento, Equipamentos do Plano Diretor Municipal; Estudos demográficos do Plano de Urbanização de Barcelinhos) e na coordenação de outros (Carta Desportiva Municipal, Avaliações Ambientais Estratégicas, Projeto Valorização Ambiental e Desenvolvimento Endógeno de Barcelos). Coordenadora do Programa Cidadania e Ordenamento do Território no Instituto de Educação e Cidadania em 2009/2010. Licenciada em Geografia (FLUC). Mestre em Ordenamento do território e planeamento ambiental (FCT/UNL). Atualmente dedica-se ao doutoramento Sociologia - cidades e culturas urbanas no CES/FEUC com o apoio de bolsas de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e do International Council for Canadian Studies.

Práctica Ciudadana Situada. Cuestionando la división de espacios y otros ideales ciudadanos

El trabajo que se presenta surge de la intersección de la teoría política feminista y la teoría de la ética del cuidado como forma de comprender los valores que mueven la práctica ciudadana activa. La cual se ha definido como una ciudadanía crítica, participativa y transformadora. Es además parte de un proyecto más amplio que trata de averiguar cómo se aprende a ejercer está tipo de ciudadanía.

La ética del cuidado emerge como crítica a la ética de la justicia que toma como modelo el ideal de ciudadano ilustrado, es decir, un ciudadano desvinculado de los espacios privados y de los intereses localizados. La ética del cuidado toma por su parte como ideal del desarrollo moral, no la imparcialidad y la autonomía, sino la relación y la no violencia. Es por tanto un desarrollo moral en sintonía con la crítica que desde la teoría política feminista se ha realizado a la ciudadanía, crítica que puso en evidencia que el modelo ciudadano era (y es) un modelo opresor, que encerraba una lógica patriarcal, clasista y colonizadora.

Esta comunicación es fruto del análisis de los discursos de personas con este tipo de práctica ciudadana. Mediante el cual se ha puesto en evidencia como estas personas cuestionan el ideal ciudadano en diversos aspectos consonantes con las teorías mencionadas. Se destaca en esta comunicación por su relación con el espacio, la crítica a la división entre público y privado que realizan estas personas y como entienden estos espacios interconectados. Así como el hecho de que su práctica ciudadana cobra sentido en contextos concretos, es una práctica ciudadana situada en espacios de transformación social.

Palavras-chave: Ciudadanía Activa. División de Espacios. Teoría Feminista. Ética del Cuidado. Análisis del Discurso

⁶ Doctorando en Educación. UNED. desde 2013. Master en estudios Interdisciplinarios de género. Universidad Autónoma de Madrid. 2012 Diplomado en Educación Social. EU La Salle. Universidad Autónoma de Madrid. 2011 Diversas publicaciones y comunicaciones sobre educación, participación, ciudadanía y género.

O direito humano à participação: uma potência amortecida pela sociedade do espetáculo?

O pensamento “iluminista” compreende o direito à participação como instrumento de controle ou de verificação do Poder – e sua sede prioritária, nessa tradição, é o Estado. A partir da globalização, de uma espetacularização de todos os campos da sociabilidade e de um conseqüente declínio da soberania dos Estados, agora cooptados por “matrizes comunicativas anônimas” (na expressão de Gunther Teubner), a sede do Poder se pulverizou e se deslocou a “redes transnacionais” de empresas, de organismos, de organizações privadas e de forças ético-morais ou sociopolíticas internacionais. Esse novo contexto impõe profundas releituras e reescritas do direito a participar, enfatizando-o como um direito humano – abrangente e vindicável contra aquelas forças globalizadas, privadas ou públicas – e não apenas um direito fundamental, exercitável em cada Estado, de acordo com condições estreitas. A partir de uma revisão bibliográfica e de uma crítica a determinados conceitos, este trabalho procura evidenciar alguns pontos e exemplos concretos da contemporaneidade que anunciem o direito humano a participar enquanto possibilidade de fundar novas Políticas – e não somente controlar Políticas já levadas a efeito – e uma possibilidade de constelação emancipatória de cidadãos “cosmopolitas”, tendo em conta que os maiores problemas sociais, econômicos e políticos, por exemplo, não se equacionam, hoje, isoladamente, por cada Estado. Essa “cidadania cosmopolita” se compreende como movimento “em rede” (inter-retro-conectado por todo o mundo) e com discursos de proteção a direitos e de criação de novas mentalidades “em nuvem”, isto é, compartilhados e lançados, sistematicamente, como impugnação tanto às arbitrariedades dos Estados quanto às violações cometidas por entes transnacionais, privados, inclusive. A sociedade do espetáculo e sua mercadorização de tudo e de todos poderia ser confrontada com o maior “excedente cognitivo-comunicacional” e de participação já acumulado na história humana: a chance de novas éticas e novas práticas emancipatórias surgirem, então, parece significativa.

Palavras-chave: Direito a participar; Sociedade do Espetáculo; Excedente cognitivocomunicacional e participativo; Éticas e práticas emancipatórias.

⁷ Doutorando em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, pela Universidade de Coimbra, Mestre em Direito Constitucional, pela Universidade Federal do Ceará (Brasil), Mestrando em Filosofia e Teoria do Estado, pela Universidade de Lisboa e Procurador da Fazenda Nacional (Brasil). Pesquisador interessado, em especial, nas áreas de Filosofia Política, Sociologia Crítica e Política, Constitucionalismo contemporâneo e Constitucionalismo Transformador.